

Órgão Oficial do
Município criado pela Lei
Municipal nº. 81, de 02 de
dezembro de 1974.

Publicado no Diário
Oficial do Estado em 14
de dezembro de 1974.

MENSÁRIO OFICIAL



ANO MMXXI PUXINANÃ – PARAÍBA EDIÇÃO EXTRA NOVEMBRO/2021 Nº. 03

- LEIS -



ESTADO DA PARAIBA
Prefeitura Municipal de Puxinanã
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 644/2021, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021.

– “Altera a redação da Lei Nº 528/2012 que Dispõe sobre normatização a execução no Município de Puxinanã/PB do Incentivo de Desempenho previsto na Portaria nº 1.654/2011-MS aos profissionais das Equipes de Saúde da Família – ESF, Equipes de Saúde Bucal – ESB, NASF e demais profissionais de Apoio Institucional e Matricial AB, com recursos financeiros advindos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB) e da outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE PUXINANÃ/PB, de acordo com o que determina a legislação em vigor e as novas políticas de financiamento da Atenção Primária, resolve:

Art. 1º. A Lei 528 de 12 de dezembro de 2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

I – O Art 1º e o Parágrafo Único, passam a ter a seguinte redação:

“Art 1º. A presente Lei regulamenta, no âmbito do Município Puxinanã/PB, a execução do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho de acordo com a Portaria Nº 173/MS/GM, de 31 de janeiro de 2020, que Dispõe sobre os municípios que apresentam decréscimo dos valores a serem transferidos, conforme as regras do financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde do Programa Previde Brasil, em conformidade com as Portarias Nº 2.979/MS/GM, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previde Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde e Nº 874/MS/GM de 10 de maio de 2019 que Define os municípios e valores mensais referentes à certificação das equipes da atenção básica e os NASF participantes do 3º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).”

Parágrafo único. Esta Lei tem seus parâmetros financeiros para o Pagamento de Incentivo Financeiro dos Profissionais da Atenção Primária, baseados no repasse financeiro da nova política de financiamento da atenção Primária, que estabeleceu alteração na nomenclatura anteriormente chamada de Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituída pelo Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde – DAB/MS, por meio da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, e de seu Manual Instrutivo, atualmente denominada Custeio da Atenção Primária à Saúde do Programa Previde Brasil, se baseando para a transferência do recurso, na portaria Nº 874/MS/GM de 10 de maio de 2019 que Define os municípios e valores mensais referentes à certificação das equipes da atenção básica e os NASF participantes do 3º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).”

II – O Art 2º e o Parágrafo Único, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 2º. Para aderir ao PMAQ-AB as equipes se submeteram a um Termo de Compromisso do PMAQ-AB homologado por Portaria do Ministério da Saúde, conforme as regras da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011 e Manual Instrutivo PMAQ-AB, que passou a ser chamado de Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho e tem seus repasses financeiros em conformidade com as Portarias Nº 173/MS/GM, de 31 de janeiro de 2020, Nº

2.979/MS/GM, de 12 de novembro de 2019 e Nº 874/MS/GM de 10 de maio de 2019 e a 2ª lista de certificação do 3º ciclo do PMAQ – AB.

Parágrafo único. O município de Puxinanã, assim como os demais municípios brasileiros, passou a ser regidos através da Portaria Nº 2.979/MS/GM, de 12 de novembro de 2019 que institui o Programa Previne Brasil e estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.”

III – O Art 3º, § 1º, § 2º, § 3º e seus itens I, II, III, § 4º, § 5º, § 6º e § 7º, passam a ter a seguinte redação:

“**Art. 3º.** Os profissionais das Equipes da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil e demais profissionais de apoio Institucional e Matricial da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil receberão o incentivo descrito no art. 1º, desta Lei, conforme desempenho das metas e respectivas pontuações descritos no anexo I desta Lei.

§ 1º. As dez metas previstas somam um total percentual de 100% onde cada um deles possui peso igual a 10%, cuja soma servirá para se calcular o percentual de desempenho das equipes, conforme as regras do Financiamento de Custeio da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil.

§ 2º. As metas serão analisadas trimestralmente, pela Secretaria Municipal de Saúde, que enviará relatório da avaliação para Secretaria Municipal de Administração até o trigésimo dia subsequente ao fechamento do trimestre.

§ 3º. Após avaliação trimestral pela Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do incentivo será autorizado conforme abaixo:

I – Atingindo abaixo de 40% das metas, a equipe não fará jus ao recebimento do incentivo no mês subsequente ao trimestre avaliado, e será reavaliada mês a mês, até que a mesma volte a atingir a meta de no mínimo 70%.

3

II – Atingindo entre 40% e 70% das metas, a equipe fará jus ao recebimento do valor de 50% do incentivo e será reavaliada mês a mês, até que a mesma volte a atingir a meta de no mínimo 70%.

III – Atingindo acima de 70% das metas, a equipe fará jus ao recebimento de 100% do incentivo pelo trimestre seguinte.

§ 4º. Nos casos em que se identifica o não cumprimento mínimo ou parcial das metas, a Secretaria Municipal de Saúde poderá avaliar os integrantes da equipe individualmente, e, em caso de não cumprimento individual do desempenho, estes, não farão jus ao recebimento do incentivo pelo trimestre seguinte, não prejudicando aos demais integrantes da equipe.

§ 5º. Nos casos em que a equipe não atinja as metas, por motivos alheios aos seus esforços, a Secretaria Municipal de Saúde poderá justificadamente, através de relatório, indicar motivos e manter o pagamento do incentivo pelo trimestre seguinte.

§ 6º. Nos casos dos parágrafos acima mencionados, fica obrigado a Secretaria Municipal de Saúde encaminhar a justificativa de cada caso, para a Coordenadoria de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, para os ajustes necessários na folha do incentivo

§ 7º. A relação das Metas contidos nesta lei poderá ser alterada em comum acordo com os profissionais, de forma a garantir o bom funcionamento da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil no município de Puxinanã, objetivando a melhoria da Saúde da População.”

IV – O Art 4º, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º e § 6º e seus itens I, II, III, § 7º e § 8º, passam a ter a seguinte redação:

“**Art. 4º.** O Incentivo de Desempenho será repassado exclusivamente aos profissionais das Equipes da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil e demais profissionais de apoio Institucional e Matricial da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.

4

§ 1º. O Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho, será repassado a partir das informações do Sistema Nacional de Cadastro dos Estabelecimentos de Saúde – SCNES.

§ 2º. A distribuição do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho normatizado por esta Lei, será de destinado para pagamento de despesas de custeio da Atenção Primária à Saúde do Município de Puxinanã/PB e compartilhado de acordo com a categoria profissional, sendo distribuído conforme valores descritos no Anexo II.

§ 3º. Os recursos repassados aos profissionais serão distribuídos, de acordo com o resultado da avaliação de cada equipe da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil, certificadas pelo Ministério da Saúde de acordo com a 2ª Lista de Certificação do 3º Ciclo do PMAQ-AB, conforme Art 1º desta Lei.

§ 4º. Fica estabelecido que o excedente do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho, oriundo do não cumprimento dos indicadores, será utilizado exclusivamente para custeio da Unidade a qual a equipe pertence.

§ 5º. O Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho está desvinculado do reajuste dos vencimentos dos servidores, fazendo jus ao mesmo o integrante da equipe conforme os dias trabalhados, exceto no período de férias.

§ 6º. Não farão jus ao Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho os servidores que se enquadrem nas seguintes situações durante o período correspondente:

I – Licença Maternidade ou Licença Prêmio;

II – Afastamento com ou sem remuneração (ônus), para órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal;



5

III – Atestado Médico ou Afastamento por perícia médica.

§ 7º. E caso de Profissionais do Programa Mais Médico ou PROVAB, desistência, exoneração, rescisão ou afastamento do serviço em qualquer circunstância, o servidor perderá o direito ao Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho, tendo o valor que caberia ao servidor, incorporado aos 20% da gestão, para a melhor estruturação das Unidades de Saúde, insumos e seu custeio pelo Poder Municipal.

§ 8º. O repasse do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho aos profissionais das Equipes Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil, incluíram na 2ª Lista de Certificação do 3º Ciclo do PMAQ-AB a certificação do NASF. Para esses profissionais, hoje incluídos em equipe multidisciplinar, a divisão será de 20% (vinte por cento) para estruturação física das unidades de saúde, insumos e demais custeios, 10% (dez por cento) para a coordenação e 70% (setenta por cento) para ser dividido de acordo com a categoria e com o cumprimento de metas.”

V – O Art 5º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º. Os repasses do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho aos profissionais das Equipes Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil e demais profissionais de apoio Institucional e Matricial da Atenção Primária, serão concedidos enquanto houver repasse de recursos financeiros na modalidade Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho pelo MS/DAB, para o município de Puxinanã/PB.”

VI – O Art 6º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 6º. O Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho pago aos profissionais das Equipes Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil e demais profissionais de apoio Institucional e Matricial da Atenção Primária será repassado por meio do Incentivo de Desempenho.”



6

VII – O Art 7º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º. A relação de indicadores contidos nesta lei poderá ser alterada em comum acordo com os profissionais, de forma a garantir o bom funcionamento da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil no município de Puxinanã, com aprovação do Conselho Municipal de Saúde.”

VIII – O Art 8º e Parágrafo Único, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 8º. O incentivo de que trata essa lei não se incorporará aos vencimentos, não integrará os proventos de aposentadoria, bem como não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens.

Parágrafo Único: O pagamento do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho pago aos profissionais das Equipes Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil e demais profissionais de apoio Institucional e Matricial da Atenção Primária, não incidirá qualquer desconto, seja de qualquer natureza, sobre o valor do incentivo de que trata a presente lei, com execução a providência e imposto de renda.”

IX – O Art 9º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à competência janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.”

Puxinanã/PB, 25 de Novembro de 2021.


FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito Constitucional

7

ANEXO I

Indicadores estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde

	RELAÇÃO DE INDICADORES E DADOS DEMOGRÁFICOS	REPRESENTAÇÃO EM %
1	BUSCA ATIVA A GESTANTES, HIPERTENSOS, DIABÉTICOS, DENTRE OUTROS.	10
2	VISITAS DOMICILIARES DOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA.	10
3	CADASTRO, ATUALIZAÇÃO E DIGITAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO ESUS-SISAB.	10
4	COBERTURA VACINAL PRECONIZADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	10
5	CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DE 40HS.	10
6	PARTICIPAÇÃO MÍNIMA DE 90% NAS REUNIÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DURANTE O TRIMESTRE.	10
7	MÍNIMO DE 90% DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE PELAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.	10
8	REALIZAR CONSULTAS DE PRÉ-NATAL, PUERPÉRIO, HIPERTENSOS, DIABÉTICOS, ACAMADOS, DOMICILIADOS, DOENÇAS CRÔNICAS DENTRE OUTROS, SEMPRE ATUALIZANDO NO LIVRO DE REGISTRO.	10
9	PREENCHIMENTO DAS FICHAS DE PRODUÇÃO.	10
10	PRONTUÁRIOS ORGANIZADOS.	10


8

ANEXO II

Tabela de valores do Incentivo Financeiro – Fator Compensatório de Transição – Pagamento Desempenho pago aos profissionais das Equipes da Atenção Primária à Saúde do Programa Previne Brasil e demais profissionais de coordenação, apoio Institucional e Matricial da Atenção Primária.

PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS ESQUIPES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO PROGRAMA PREVINE BRASIL E DEMAIS PROFISSIONAIS DE COORDENAÇÃO APOIO INSTITUCIONAL E MATRICIAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
CATEGORIA PROFISSIONAL	% a ser rateado com o nº de profissionais por categoria
NIVEL SUPERIOR DA ESTRATÉGIA DE SAUDE DA FAMILIA	35,4%
NIVEL MÉDIO TÉCNICO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMILIA	11,6%
ACSs	19,3%
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR AB	3,3%
COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA E APOIADORES DA AB PREVINE BRASIL	10%
ESTRUTURA E DEMAIS CUSTEIOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	20%

Puxinanã/PB, 25 de Novembro de 2021


FELIPE GURGEL COUTINHO
 Prefeito Constitucional

9



ESTADO DA PARAÍBA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ

LEI COMPLEMENTAR Nº 016/2021, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021

Revoga a Lei Complementar Municipal nº 02 de 7 de novembro de 1999, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Puxinanã, em razão das modificações feitas pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29 de dezembro de 2016, pela Lei Complementar Federal 175/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PUXINANÃ ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, vem apresentar a seguinte proposta de lei perante esta câmara legislativa nos seguintes termos a seguinte lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º – Com fundamento na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar 157/2016 de 30 de dezembro de 2016, Lei Complementar Federal 175/2020, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, Constituição do Estado da Paraíba e na Lei Orgânica do Município, esta Lei Complementar dispõe sobre o novo Código Tributário do Município de PUXINANÃ.

Parágrafo Único – Independente de transcrição, integram o Código Tributário do Município de PUXINANÃ:

I - as normas gerais de legislação tributária instituída pelo Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66), aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II – o Capítulo IV do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº123/2006), compreendendo os artigos 12 a 41, que trata o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, denominados Simples Nacionais, bem como as normas baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda, a que se refere o inciso I, do § 1º, do art. 2º daquela Lei Complementar.

TÍTULO I DOS TRIBUTOS DO MUNICÍPIO

Art. 2º - São tributos do Município de PUXINANÃ:

I - Impostos:

a) IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

b) ITBI - Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

c) ISS - Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza não compreendido no art. 155, 11, da Constituição Federal, definidos em Lei Complementar;

II - Taxas pelo exercício do poder de polícia:

a) Taxa de Licença de Localização, Instalação e Funcionamento;

b) Taxa de Licença de Execução de Obras e de Loteamento;

III - Contribuições:

a) Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;

b) Contribuição de Iluminação Pública.

TÍTULO II DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IPTU - SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 3º - O IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei Municipal, observada o requisito mínimo da existência de melhoramentos em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola de ensino fundamental ou posto de saúde a uma distância máxima de três (03) quilômetros do imóvel considerado.

§2º A Lei Municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 4º - É contribuinte do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;

I - o proprietário do imóvel;

II - o titular do domínio útil do imóvel;

III - o possuidor do imóvel a qualquer título.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO E DAS ALÍQUOTAS

Art. 5º - A base de cálculo do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, é o valor venal do imóvel.

Parágrafo Único - Na determinação da base de cálculo, não deve ser considerado o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, afomoseamento ou comodidade.

Art. 6º - O valor venal do imóvel será determinado:

I - tratando-se de imóvel por acessão física (construído), pelo valor da construção somado ao valor do terreno;

II - tratando-se de imóvel por natureza (terreno), pelo valor da terra nua.

Parágrafo Único - Os critérios e condições de aferição do valor a que se referem os incisos I e II serão definidos em Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º - Para determinação da base de cálculo são utilizados, dentre outros:

I - elementos constantes do Cadastro Multifinalitário do Município;

II - elementos obtidos em apuração de campo;

III - informações obtidas em órgãos técnicos que tratem de construção civil, especialmente do valor de metro quadrado para os diferentes tipos de construção;

IV - fatores de correção, considerando situação, pedologia e topografia do terreno e, bem assim, categoria e estado de conservação da construção;

Art. 8º - O Poder Executivo utilizará anualmente, por meio de Decreto, o valor venal dos imóveis, considerando em conjunto ou separadamente:

I - a valorização decorrente de obras públicas realizadas na área onde sejam localizadas;

II – os preços correntes do mercado; e

III – a variação de índices de preços da construção civil;

Parágrafo Único: alternativamente ao previsto nos incisos I a III, a atualização do valor venal dos imóveis pode se dar pela variação da aplicação do IPCAE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial apurado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente a 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês de lançamento do imposto.

Art. 9º - O IPTU- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana será calculado mediante a aplicação das seguintes alíquotas progressivas sobre as classes de valores venais respectivas:

I - imóvel por acessão física (construído):

a) Até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) - 0,15% (quinze décimos por cento);

b) Acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento);

c) Acima de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - 0,5% (cinco décimos por cento);

d) Acima de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento);

II - imóvel por natureza (terreno):

a) Até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - 0,5% (cinco décimos por cento);

b) Acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento);

c) Acima de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento);

d) Acima de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento);

SEÇÃO III DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 10 - São isentos do IPTU- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I – o imóvel por acessão física (construído) que preencha os seguintes requisitos:

a) com até 30m² (trinta metros quadrado) de área construída;

b) que se constitua no único da propriedade, domínio útil ou posse do contribuinte; e,

c) que sirva de residência ao contribuinte;

II - o imóvel por natureza (terreno) que preencha os seguintes requisitos:

a) com até 50m² (cinquenta metros quadrados) de área;

b) que se constitua no único da propriedade, domínio útil ou posse do contribuinte; e,

c) que se destine à construção para a residência do contribuinte.

Parágrafo Único: A isenção de que trata o inciso II só se aplica até o 5º (quinto) ano, contado da aquisição da propriedade, do domínio útil ou da posse.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 11 - O lançamento do imposto será feito "de ofício", anualmente, com base nos dados existentes no Cadastro Multifinalitário, no dia 1º de janeiro, sendo considerada a data de ocorrência do fato gerador.

Art. 12 - A ciência do lançamento dar-se-á por intermédio de Notificação de Lançamento publicada no Boletim Oficial do Município ou, na ausência, deste, em Edital fixado na sede da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Fórum da Comarca.

Art. 13 - O recolhimento do imposto dar-se-á de uma só vez com redução de seu valor, conforme art. 11 ou na quantidade de parcelas mensais fixadas na Notificação de Lançamento, sem redução de seu valor.

Parágrafo Único: O pagamento único ou da primeira parcela dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados da Notificação de Lançamento.

SEÇÃO V DA INSCRIÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 14 - Serão obrigatoriamente inscritos no Cadastro Multifinalitário do Município os imóveis existentes como unidades autônomas e os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento.

Parágrafo Único - A inscrição será promovida pelo contribuinte no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir dos seguintes eventos:

I - aquisição de propriedade, domínio útil ou posse;

II - construção, reforma ou demolição;

III - fato ou circunstância que possa afetar a incidência, cálculo ou lançamento do imposto.

Art. 15 – A inscrição será procedida de ofício, através de Auto de Infração, decorrido o prazo fixado no artigo anterior, sem que o contribuinte a tenha procedido.

Art. 16 - O cancelamento da inscrição será procedido pelo contribuinte, admitindo exclusivamente na hipótese de:

I - retificação de lote-padrão de loteamentos já aprovados;

II - incorporação para construções que abranjam áreas superiores a do lote-padrão ou de unidade já inscrita para constituição de lote-padrão.

Parágrafo Único – É vedado o cancelamento de inscrição de ofício, ressalvados os casos de terrenos incorporados a logradouros públicos e de duplicidade de inscrição.

Art. 17 – Os imóveis por natureza ou acessão física ficam sujeitos a fiscalização municipal, não podendo os seus proprietários, detentores de domínio útil, posseiros ou ocupantes a qualquer título impedir o acesso dos servidores incumbidos ou negar-lhes informações, no estrito cumprimento do dever legal e respeitado os direitos individuais.

Art. 18 – Os tabeliães, escrivães, oficiais de registro de imóveis ou quaisquer outros serventuários são impedidos de lavras escrituras de transferência, transcrição ou inscrição de imóveis; lavrar ou expedir instrumentos ou títulos relativos sem a prova antecipada de quitação dos impostos.

Art. 19 – A autoridade de conceder "habite-se" obrigará-se, sob pena de responsabilidade, a remeter para o Cadastro Multifinalitário do Município as informações relativas construção, reforma, demolição ou modificação de uso do imóvel.

Art. 20 – Os oficiais de registro imobiliário obrigam-se a informar mensalmente à Administração Municipal relatório de atos referente a imóveis praticados no mês imediatamente anterior, contendo, no mínimo:

I - tipos de operação;

II - nomes das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas nas operações;

III - localização dos imóveis;

IV - dimensões e limites dos imóveis;

V – valores das operações.

CAPÍTULO II

DO ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO INTERVIVOS

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 21 - O ITBI- Imposto sobre Transmissão InterVivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição, tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Art. 22 – O Imposto sobre Transmissão Inter Vivos não incide sobre a transmissão:

I - de bens ou direitos incorporados ao patrimônio da pessoa jurídica em realização de capital;

II - de bens ou de direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda dos bens e direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

Art. 23 - É contribuinte do Imposto o adquirente, o cessionário ou o permutante dos bens ou direitos transmitidos.

Art. 24 - Respondem solidariamente pelo pagamento do Imposto:

I – o transmitente;

II - o cedente;

III - o tabelião, escrivão, oficial de registro de imóveis e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles ou perante eles praticados em razão de seu ofício ou pelas omissões de sua responsabilidade.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO, DA ALÍQUOTA E DO RECOLHIMENTO

Art. 25 – A base de cálculo do imposto é o valor de mercado dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos apurados no momento da transmissão ou cessão.

Art. 26 – Será tomado como base de cálculo o valor expresso no contrato particular de transmissão ou cessão, devidamente registrado, desde que este não seja inferior ao que serve de base de cálculo para fins de IPTU.

Art. 27 - A alíquota do Imposto é de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único – Em se tratando de imóvel ou direito real sobre imóvel adquirido em programas públicos para famílias de baixa renda, a alíquota de imposto poderá ser reduzida até 0,5% (cinco décimos por cento), por Decreto do Poder Executivo, examinada a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 28 - O recolhimento do Imposto deve ser feito anteriormente, de uma só vez, como condição para o registro imobiliário.

CAPÍTULO III DO FATO GERADOR E DAS INCIDÊNCIAS

Art. 29 - O ISSQN- Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista seguinte, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

- 1 Serviços de informática e congêneres.
- 1.01 Análise de desenvolvimento de sistema.
- 1.02 Programação
- 1.03 Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos e congêneres
- 1.04 Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
- 1.05 Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
- 1.06 Assessoria e consultoria em informática.
- 1.07 Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
- 1.08 8 Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
- 1.09 Disponibilização, sem cessão definitiva de conteúdo de áudio, de vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livro, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdo pelas prestadoras de serviços, de acesso condicionado de que trata a lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011, sujeito ao ICMS).
- 2 Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- 3 Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
- 3.01 Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
- 3.02 Exploração de salão de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
- 3.03 Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
- 3.04 Cessão de andaimes, palcos, coberturas e estruturas de uso, temporário.
- 4 Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
- 4.01 Medicina e biomedicina.
- 4.02 Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra.
- 4.03 Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.

- 4.04 Instrumentação cirúrgica
- 4.05 Acupuntura
- 4.06 Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
- 4.07 Serviços farmacêuticos.
- 4.08 Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
- 4.09 Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
- 4.10 Nutrição.
- 4.11 Obstetrícia.
- 4.12 Odontologia.
- 4.13 Ortopedia.
- 4.14 Próteses sob encomenda.
- 4.15 Psicanálise.
- 4.16 Psicologia.
- 4.17 Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
- 4.18 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 4.19 Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
- 4.20 Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 4.21 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres
- 4.22 Planos de Medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalares, odontológicas e congêneres.
- 4.23 Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
- 5 Serviços de Medicina e assistência veterinária e congêneres.
- 5.01 Medicina veterinária e zootecnia.
- 5.02 Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos.
- 5.03 Laboratórios de análise na área veterinária.
- 5.04 Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.
- 5.05 Bancos de sangue e de órgãos e congêneres
- 5.06 Coleta de sangue, leite, tecido, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- 5.07 Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.
- 5.08 Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
- 5.09 Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.
- 6 Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
- 6.01 Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
- 6.02 Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
- 6.03 Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
- 6.04 Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais, e demais atividades físicas.
- 6.05 Centros de emagrecimento, SPA e congêneres.
- 7 Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
- 7.01 Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
- 7.02 Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos,

peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 Demolição.

7.05 Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de paredes, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 Recuperação, raspagem, polimento e ilustração de pisos e congêneres.

7.08 Calafetação.

7.09 Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.15 Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.16 Florestamento, reforestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres e indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e para quaisquer meios.

7.17 Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.18 Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geológico e congêneres.

7.19 Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exportação de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.

7.20 Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, *apart-service* condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis, residência, *residence-service*, suíte *service*, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviço).

9.02 Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 Guias de turismo.

10 Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária

10.04 Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), de franquia (*franchising*) e de faturização (*factoring*).

10.05 Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 Agenciamento de notícias.

10.07 Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.8 Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.9 Distribuição de bens de terceiros.

11 Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 Espetáculos teatrais.

12.02 Exibições cinematográficas.

12.03 Espetáculos circenses.

12.04 Programas de auditório.

12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 Boates, taxi.

12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 Corridas e competições de animais.

12.11 Competições esportivas ou de destreza físico ou intelectual, com ou sem participação do espectador.

12.12 Execução de música.

12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

- 13 Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
- 13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
- 13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
- 13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.
- 13.05 Composição gráfica, inclusive fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, excetos se destinados a posterior operação e comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como, bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
- 14 Serviços relativos a bens de terceiros.
- 14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.02 Assistência técnica.
- 14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
- 14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.
- 14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres, de objetos quaisquer.
- 14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
- 14.07 Colocação de molduras e congêneres.
- 14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
- 14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
- 14.10 Tinturaria e lavanderia.
- 14.11 Tapeçaria e reforma de estofamento em geral.
- 14.12 Funilaria e lanternagem.
- 14.13 Carpintaria e serralheria.
- 14.14 Guinchos intramunicipal, guindastes e içamento.
- 15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro. Inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
- 15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de cliente, de cheques pré-datado e congêneres.
- 15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
- 15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
- 15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

- 15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos.
- 15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
- 15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símiles, Internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
- 15.08 Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
- 15.09 Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens, inclusive sessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (*leasing*).
- 15.10 Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive efetuados por meio eletrônico automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
- 15.11 Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
- 15.12 Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
- 15.13 Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
- 15.14 Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
- 15.15 Compensação de cheques e títulos quaisquer, serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificador a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
- 15.16 Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
- 15.17 Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão
- 15.18 Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
- 16 Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
 16.02 Outros serviços de transportes de natureza municipal.
 17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
 17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contidos em outro item desta lista; análise, exame, pesquisa e coleta, compilação e fornecimento de dados e informação de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
 17.02 Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.
 17.03 Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
 17.04 Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra.
 17.05 Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
 17.06 Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
 17.07 Franquia (franchising).
 17.08 Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
 17.09 Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
 17.10 Organização de festas e recepções; buffet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
 17.11 Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
 17.12 Leilão e congêneres.
 17.13 Advocacia.
 17.14 Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
 17.15 Auditoria.
 17.16 Análise de Organização e Métodos.
 17.17 Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
 17.18 Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
 17.19 Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
 17.20 Estatística.
 17.21 Cobrança em geral.
 17.22 Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
 17.23 Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
 17.25 Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita)
 18 Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
 19 Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
 20 Serviços de terminais rodoviários.

20.01 Serviços de terminais rodoviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
 21 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
 21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
 22 Serviços de exploração de rodovia.
 22.01 Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
 23 Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
 24 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
 24.01 Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
 25 Serviços funerários.
 25.01 Funerais, inclusive fornecimento de caixão, uma ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros adornos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
 25.02 Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.
 25.03 Planos ou convênio funerários.
 25.04 Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios
 25.05 Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento
 26 Serviço de coleta, remessa ou entrega de correspondência, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios, e suas agências franqueadas, courier e congêneres.
 27 Serviços de assistência social.
 28 Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
 29 Serviços de biblioteconomia.
 30 Serviços de biologia, biotecnologia e bioquímica.
 31 Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicação e congêneres.
 32 Serviços de desenhos técnicos.
 33 Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
 34 Serviços de investigação particulares, detetives e congêneres.
 35 Serviços de reportagens assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
 36 Serviços de meteorologia.
 37 Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
 38 Serviços de museologia.
 39 Serviços de ourivesaria e lapidação.
 40 Serviços relativos a obras de arte sob encomenda
 41 Obras de arte sob encomenda.

§1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§2º Ressalvadas as exceções expressas na lista, os serviços nela mencionados não ficarão sujeitos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§3º O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§4º A incidência do Imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 30 - O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo, ou de conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor imediato no mercado de títulos e valores imobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de créditos realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo Único: Não se enquadram no disposto do inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

SEÇÃO II DO LOCAL DA PRESTAÇÃO E DO ESTABELECIMENTO

Art. 31 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta do estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do parágrafo único art. 28;

II - da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 e 7.19 da lista;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista;

XII - da limpeza de drenagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista;

XIV - dos bens ou dos domicílios das pessoas vigiadas, segurados ou monitorados. No caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista;

XV - do armazenamento, depósito, carga e descarga, arrumação e carga do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 12, exceto o 12.13 da lista;

XVII - do domicílio do tomador do serviço do subitem 15.09;

XVIII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos no subitem 16.01 da lista;

XIX - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista;

XX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista;

XXI - do terminal rodoviário, no caso dos serviços descritos pelo subitem 20 da lista;

§1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão da ferroviária, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

Art. 32º As pessoas referidas nos incisos II ou III do § 9º do art. 3º da Lei Complementar Federal 116, de 31 de julho de 2003, são responsáveis pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo parágrafo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem 15.01 da lista de serviços desta Lei.

Art. 33º O ISSQN devido em razão dos serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços desta Lei Complementar Federal Nº 116, de 31 de julho de 2003, será apurado pelo contribuinte e declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional em acordo com disposição de Lei Complementar Federal 175, de 23 de setembro de 2020.

§ 1º O sistema eletrônico de padrão unificado de que trata esta Lei será desenvolvido pelo contribuinte, individualmente ou em conjunto com outros contribuintes sujeitos às disposições da Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020, e seguirá leiautes e padrões definidos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA), nos termos dos arts. 9º a 11º da referida Lei Complementar Federal.

§ 2º O contribuinte deverá franquear ao Município de Puxinanã acesso mensal e gratuito ao sistema eletrônico de padrão unificado utilizado para cumprimento da obrigação acessória padronizada.

§ 3º Quando o sistema eletrônico de padrão unificado for desenvolvido em conjunto por mais de um contribuinte, cada contribuinte acessará o sistema exclusivamente em relação às suas próprias informações.

§ 4º A Fazenda Municipal acessará o sistema eletrônico de padrão unificado dos contribuintes exclusivamente em relação às informações de sua competência.

Art. 34º O contribuinte do ISSQN declarará as informações objeto da obrigação acessória de que trata esta Lei de forma padronizada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de que trata o art. 3º, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês seguinte ao de ocorrência dos fatos geradores.

Parágrafo único. A falta da declaração, na forma desta Lei, das informações relativas ao Município de Puxinanã sujeitará o contribuinte às seguintes penalidades:

Art. 34º O produto da arrecadação do ISSQN relativo aos serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Municipal nº

7.138, de 07 de novembro de 2018, cujo período de apuração esteja compreendido entre a data de publicação da Lei Complementar Federal nº 175, de 23 de setembro de 2020, e o último dia do exercício financeiro de 2.022, será partilhado entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador desses serviços, da seguinte forma:

I - multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, quando deixar de declarar as informações objeto da obrigação acessória ao Fisco Municipal, na forma e no prazos previstos na legislação tributária; e

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, quando declarar as informações da obrigação acessória ao Fisco Municipal contendo dado incompleto ou inexato. - relativamente aos períodos de apuração ocorridos no exercício de 2.021, 33,5% (trinta e três inteiros e cinco décimos por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e 66,5% (sessenta e seis inteiros e cinco décimos por cento), ao Município do domicílio do tomador;

I - relativamente aos períodos de apuração ocorridos no exercício de 2.022, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e 85% (oitenta e cinco por cento), ao Município do domicílio do tomador;

II - relativamente aos períodos de apuração ocorridos a partir do exercício de 2.023, 100% (cem por cento) do produto da arrecadação pertencerão ao Município do domicílio do tomador.

§ 1º Na ausência de convênio, ajuste ou protocolo firmado entre os Municípios interessados ou entre esses e o CGOA, para regulamentação do disposto no *caput* deste artigo, o Município do domicílio do tomador do serviço deverá transferir ao Município do local do estabelecimento prestador a parcela do imposto que lhe cabe até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao seu recolhimento.

§ 2º O Município do domicílio do tomador do serviço poderá atribuir às instituições financeiras arrecadoras a obrigação de reter e de transferir ao Município do estabelecimento prestador do serviço os valores correspondentes à respectiva participação no produto da arrecadação do ISSQN.

§ 3º Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§4º a 10º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal 116 de 31 de julho de 2003, considera-se tomador dos serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista municipal de serviços, o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§ 4º No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista municipal de serviços, o tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

§ 5º Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 4º deste artigo.

§ 6º No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista municipal de serviços, prestados diretamente aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

§ 7º O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista municipal de serviços relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

- I - bandeiras;
- II - credenciadoras; ou
- III - emissoras de cartões de crédito e débito.

§ 8º No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista municipal de serviços, o tomador é o cotista.

§ 9º No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é consorciado.

§ 10 No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

Art. 6º O pagamento do ISSQN de que trata a Lei Complementar 175, de 23 de setembro de 2020, será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, exclusivamente por meio de transferência bancária, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

§ 1º Quando não houver expediente bancário no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de ocorrência dos fatos geradores, o vencimento do ISSQN será antecipado para o 1º (primeiro) dia anterior com expediente bancário.

§ 2º O comprovante da transferência bancária emitido segundo as regras do SPB é documento hábil para comprovar o pagamento do ISSQN.

§ 3º As pessoas referidas nos incisos II ou III do § 7º do art. 5º desta Lei ficam responsáveis pelo imposto devido pelas pessoas a que se refere o inciso I do mesmo dispositivo, em decorrência dos serviços prestados na forma do subitem

15.01 da lista municipal de serviços.

§ 4º Em relação às competências de janeiro, fevereiro e março de 2021, é assegurada ao contribuinte a possibilidade de recolher o ISSQN e de declarar as informações objeto da obrigação acessória de que trata o art. 3º desta Lei até o 15º (décimo quinto) dia do mês de abril de 2021, sem a imposição de nenhuma penalidade.

§ 5º O ISSQN de que trata o parágrafo anterior será atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao mês de seu vencimento normal até o mês anterior ao do pagamento, e pela taxa de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

Art. 35 - Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizados.

SEÇÃO III DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 36 - Contribuinte é a pessoa física ou jurídica prestadora do serviço.

Art. 37 - São atribuídas às pessoas jurídicas tomadoras dos serviços compreendidos na lista do art. 31 a responsabilidade pelo crédito tributário do imposto, sem prejuízo da responsabilidade do prestador em caráter supletivo do cumprimento total da referida obrigação, inclusive no que se refere aos acréscimos legais de multa de infração, de multa de mora, de juros de mora e de atualização monetária.

§ 1º Independentemente da retenção, as pessoas jurídicas tomadoras dos serviços estão obrigadas ao recolhimento integral do imposto devido, inclusive acréscimos legais de multa por infração, de multa de mora, de juros de mora e de atualização monetária.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isento, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.5, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista;

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO, DA ALÍQUOTA E DO RECOLHIMENTO

Art. 38 - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

Art. 39- O imposto é calculado à alíquota de 5% (cinco por cento).

Art. 40 – O recolhimento do Imposto devido pelo contribuinte ou pelo responsável que tenha efetuado o recolhimento na fonte deve ser feito até o dia 10 (dez) de cada mês em relação aos fatos geradores ocorridos no mês imediatamente anterior.

SEÇÃO V DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 41 – A alíquota do imposto devido pelos contribuintes já estabelecidos ou que vierem a se estabelecer no Município, que prestem serviços dentre os listados no art. 30, exceto os dos subitens 7.02 e 7.05, é reduzida para 4% (quatro por cento).

Art. 42 – Para fazer jus aos benefícios de redução de alíquota a que se refere o art. 39 os contribuintes têm que dar cumprimento às seguintes condições:

I – ter estabelecimento inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), instalado e em funcionamento no Município.

II – manter, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua mão de obra com pessoas físicas residentes no Município anteriormente à sua contratação, com devido registro em Carteira do Trabalho e Previdência Social.

§1º - A concessão dos benefícios dar-se-á através de Decreto do Poder Executivo, com validade a partir do mês em que for protocolado o requerimento e até o mês de dezembro de cada ano, à vista de requerimento da pessoa jurídica interessada e comprovado o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II do caput.

§2º - A condição a que se refere o inciso II do caput excepcionalmente poderá deixar de ser cumprida, diante da falta de mão de obra qualificada entre residentes do Município, devidamente comprovada pelo contribuinte interessado.

Art. 43 – A falta da satisfação de qualquer das condições a que se referem os incisos I e II do caput do artigo anterior implicará no indeferimento inicial do benefício ou no seu cancelamento, se este já tiver sido concedido.

§1º - Em caso de indeferimento inicial, o contribuinte sujeitar-se-á ao recolhimento do Imposto à alíquota de 5% (cinco por cento), na hipótese da prestação de todos os serviços da lista do artigo 30, exceto os dos subitens 7.02 e 7.05.

§2º - Em caso de cancelamento do benefício já concedido, o contribuinte que houver recolhido o imposto à alíquota de 4% (quatro por cento), quando a ela já não fazia jus, deverá recolher a diferença, com acréscimos de multa por infração, multa de mora, juros de mora e atualização monetária, sendo o lançamento e cobrança objeto de Auto de Infração.

Art. 44 - A falta da satisfação de qualquer das condições a que se referem os incisos I e II do caput do artigo anterior implicará no indeferimento inicial do benefício ou no seu cancelamento, se este já tiver sido concedido.

§1º Em caso de indeferimento inicial, o contribuinte sujeitar-se-á ao recolhimento do Imposto à alíquota de 5% (cinco por cento), na hipótese da prestação de todos os serviços da lista do artigo 30, exceto os dos subitens 7.02 e 7.05.

§2º Em caso de cancelamento do benefício já concedido, o contribuinte que houver recolhido o imposto à alíquota de 4% (quatro por cento), quando a ela já não fazia jus, deverá recolher a diferença, com acréscimos de multa por infração, multa de mora, juros de mora e atualização monetária, sendo o lançamento e cobrança objeto de Auto de Infração.

§3º Conforme artigo 8º-A da LC 157/2016, o ISS não será objeto de concessão e isenção, incentivos, ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de base de cálculo, ou de crédito presumido ou outorgado ou sobre qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

SEÇÃO VI DO SIMPLES NACIONAL

Art. 45 - As Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional são tributadas pelo ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza na forma prevista do Capítulo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 127/08 e 128/08 e em Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional, instituído pelo art. 2º, inciso I, da Lei Complementar 123/06.

Art. 46 - O recolhimento pelo Simples Nacional não exclui a incidência do ISSQN, devido na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

I - em relação aos serviços sujeitos à substituição tributária ou retenção na fonte de que trata o art. 35 desta Lei Complementar;

II - na importação de serviços.

Art. 47 – As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que possuam débito com a Fazenda Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa, não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional.

Art. 48 - O Município poderá estabelecer, na forma definida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, independente da receita bruta estabelecida no mês pelo contribuinte, valores fixos mensais para o recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza devido por Microempresa que aufera receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), ficando a microempresa sujeita a esses valores durante o ano-calendário.

Art. 49 - Os escritórios de serviços contábeis optantes pelo Simples Nacional recolherão o ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza em valores fixos e mensais segundo a seguinte escala progressiva de faturamento mensal:

I - até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – R\$ 200,00 (duzentos reais);

II - acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e até 20.000,00 (vinte mil reais) – R\$ 300,00 (trezentos reais);

III - acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) – R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 50 - Os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I - promover atendimento gratuito relativo à inscrição, à opção e à primeira declaração anual simplificada da microempresa individual, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênio e acordo com o Município;

II - fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III - promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas.

Parágrafo Único - Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o presente artigo, o artigo será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 51 - Tratando-se de prestação de serviços o Município detém competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte aqui estabelecidas, bem como para verificar a ocorrência de hipótese de exclusão.

Art. 52 - O julgamento de contencioso administrativo relativo ao Simples Nacional que incluir o ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é de competência do Município e far-se-á em observância às normas constantes do Título VI desta Lei Complementar.

SEÇÃO VII DA INSCRIÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 53 - Será obrigatoriamente inscrito no cadastro Multifinalitário do Município a pessoa física ou jurídica prestadora de serviço, de modo permanente ou temporária, ainda que esta não seja sua atividade preponderante.

Parágrafo Único - A inscrição de que trata o caput implicará:

I - na prévia inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Secretaria da Receita Federal do Brasil, com indicação de endereço no Município;

II - na apresentação de outros documentos exigidos em regulamento aprovado em Decreto do Poder Executivo;

III - na cobrança da Taxa de Licença de Localização; Instalação e Funcionamento e na expedição do respectivo Alvará, sujeitos à renovação em cada exercício.

Art. 54 - A inscrição será procedida de ofício, através de Auto de Infração, se a pessoa física ou jurídica iniciar apresentação de serviços sem o cumprimento do disposto no artigo anterior, sujeitando-se o contribuinte ao pagamento da Taxa de Licença, Localização, Instalação e Funcionamento.

Parágrafo Único - O valor da Taxa de Licença, Localização; Instalação e Funcionamento se sujeitam à atualização monetária mediante aplicação do IPCA-E - Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dos acréscimos de multa de mora, de juros de mora e de multa por infração.

Art. 55 - Além de estabelecer exigência de outros documentos necessários à inscrição, o regulamento aprovado em Decreto do Poder Executivo estabelecerá outras obrigações tributárias acessórias a serem cumpridas na prestação de serviços.

TÍTULO III DAS TAXAS

CAPÍTULO I DAS TAXAS EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

SEÇÃO I DA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SUBSEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 56 - A taxa de licença de localização, instalação e funcionamento é devida pela atividade municipal de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso de ocupação do solo, da higiene, saúde, segurança, ordem ou tranquilidade pública, exercício de atividade econômica dependente de concessão ou autorização do Poder Público, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no mesmo Município.

Parágrafo Único - Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços em geral e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício.

Art. 57 - A incidência e o pagamento da taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;

II - de licença, autorização, permissão ou concessão, outorgada pela União, Estado ou Município;

III - de estabelecimento fixo ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;

IV - da finalidade ou do resultado econômico da atividade, ou exploração dos locais;

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

VI - do caráter permanente, eventual ou transitório da atividade;

VII - do pagamento de preços, emolumentos e quaisquer importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás ou vistorias;

Art. 58 – É contribuinte da taxa de licença de localização e funcionamento toda a pessoa física ou jurídica que pretenda se localizar e exercer atividade profissional ou de produção, em caráter permanente ou eventual.

SUBSEÇÃO II DO CÁLCULO

Art. 59 – A taxa será calculada em função do tipo de atividade, do faturamento anual estimado, da área ocupada ou da duração da atividade, nos seguintes valores progressivos:

I – da atividade industrial:

a) de faturamento anual estimado até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) – R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) /ano;

b) de faturamento anual estimado acima de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) - R\$ 500,00 (quinhentos reais) /ano;

c) de faturamento anual estimado acima de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) – R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais) /ano;

d) de faturamento anual estimado acima de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e até R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) - R\$ 1.000,00 (hum mil reais) /ano;

e) de faturamento anual estimado acima de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) - R\$ 1.375,00 (hum mil trezentos e setenta e cinco reais) /ano;

f) de faturamento anual estimado acima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e até R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) - R\$ 1.450,00 (hum mil e quatrocentos e cinquenta reais) /ano;

g) de faturamento anual estimado acima de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) - R\$ 1.725,00 (hum mil setecentos e vinte e cinco reais) /ano;

II – atividade comercial, agropecuária, de serviços (exceto autorizados pelo Banco Central do Brasil), escritório, consultório e assemelhados:

a) de faturamento anual estimado até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) /ano;

b) de faturamento anual estimado até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) /ano;

c) de faturamento anual estimado acima de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) - R\$ 500,00 (quinhentos reais) /ano;

d) de faturamento anual estimado acima de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e até R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) - R\$ 700,00 (setecentos reais) /ano;

e) de faturamento anual estimado acima de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) e até R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) – R\$ 1.000,00 (hum mil reais) /ano;

f) de faturamento anual estimado acima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) e até R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) - R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais) /ano;

g) de faturamento anual estimado acima de R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) e até R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) - R\$ 1.500,00 (hum mil e cinquenta reais) /ano;

h) de faturamento anual estimado acima de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) e até R\$ 960 (novecentos e sessenta mil reais) – R\$ 400,00 (quatrocentos reais) /ano;

i) de faturamento anual estimado acima de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais) e até R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) - R\$ 2.000,00 (dois mil reais) /ano;

j) de faturamento anual estimado acima de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais) - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) /ano;

III – atividade de serviços bancários, financeiros e assemelhados autorizados pelo Banco Central do Brasil:

a) agência bancária – R\$ 1.000,00 (um mil reais) /ano;

b) casa lotérica, posto de serviço ou correspondente bancário – R\$ 500,00 (quinhentos reais) /ano;

c) caixa eletrônico fora da agência bancária ou de posto de serviço R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) /ano;

IV - depósito, garagem ou assemelhados, de uso comercial:

a) de área ocupada até 50m² - R\$ 50,00 (cinquenta reais);

b) de área ocupada acima 50m² e até 100m² - R\$ 100,00 (cem reais);

c) de área ocupada acima de 100m² - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

V - atividade sem estabelecimento fixo, inclusive circos, parques de diversão e assemelhados;

a) até 15 (quinze) dias de permanência -R\$ 30,00 (trinta reais);

b) acima de 15 (quinze) e até 30 (trinta) dias - R\$ 50,00 (cinquenta reais);

c) acima de 30 (trinta) dias de permanência –R\$ 100,00 (cem reais);

VI - outras atividades não incluídas nos itens anteriores serão enquadradas à vista de exame da autoridade fiscal competente, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

§1º A estimativa de faturamento a que se referem os incisos I e II levará em conta o faturamento referente ao ano imediatamente anterior, à vista dos seguintes documentos a serem apresentados pelo contribuinte:

I - declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - informativo fiscal apresentado para fins do ICMS;

III - demonstrativos de Contas de Resultado assinado pelo contabilista do contribuinte.

§ 2º Para as atividades iniciadas no ano, a estimativa de que tratam o parágrafo anterior e incisos será objeto de projeção assinada pelo contabilista do contribuinte.

SUBSEÇÃO III DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 60 – O Lançamento da Taxa de Localização, Instalação e Funcionamento ocorrerão mediante declaração do contribuinte e o recolhimento deve ocorrer previamente ao início de atividades.

Art. 61 – A partir do ano subsequente ao de início das atividades, o lançamento da taxa será de ofício, devendo o recolhimento ocorrer até o último dia útil do mês de março.

Parágrafo único - Para fins de lançamento da taxa o contribuinte deverá dar cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 53.

CAPÍTULO II DA TAXA DE LICENÇA DE OBRAS E LOTEAMENTOS

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 65 - A Taxa de Licenças de Obras e Loteamento tem como fato gerador o licenciamento obrigatório e a fiscalização da execução de construções, reformas, consertos, demolições, instalação de equipamentos e loteamentos.

Art. 66 - Contribuinte da taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel onde realizem as obras e os loteamentos.

Parágrafo Único - Respondem solidariamente com o contribuinte pelo pagamento da taxa a empresa e o profissional responsável pelo projeto e pela execução das obras e loteamentos.

SEÇÃO II DO CÁLCULO

Art. 67 - A taxa será calculada de acordo com as seguintes unidades de medida e respectivos valores:

I - obras medidas em metro linear – R\$ 0,50 (cinquenta centavos) /m;

II - obras medidas em metro quadrado –R\$ 1,00 (um real) /m²;

III - obras medidas em metro cúbico -R\$ 2,00 (dois reais) /m³

IV - loteamento:

a) lote de até 300m² - R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) /lote;

b) lote acima de 300m² - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) /lote;

TÍTULO IV CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DECORRENTE DE OBRAS PÚBLICAS

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 68 –A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização do bem imóvel, decorrente de obra pública municipal.

§1º Para fins de contribuição de melhoria, considera-se obra pública: I - urbanização e reurbanização;

II - construção ou ampliação de sistema de trânsito rápido, inclusive obras, edificações e equipamentos necessários ao funcionamento do sistema;

III - construção ou ampliação de parques, pontes, túneis e viadutos;

IV - proteção contra inundação, erosão e obras de saneamento e drenagem em geral, retificação, regularização e canalização de curso de água;

V - abertura, alargamento, iluminação, arborização, canalização de águas pluviais e outros melhoramentos de logradouros públicos;

VI - pavimentação e respectivos serviços preparatórios.

§2º A contribuição não incide nos casos de

I - simples reparação e/ou recapeamento de pavimentação;

II - alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;

III - colocação de guias e sarjetas.

Art. 69 - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel valorizado pela obra pública.

SEÇÃO II DO CÁLCULO, DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 70 - A contribuição é calculada sobre a valorização do imóvel decorrente da obra pública, obtida em função do valor venal do imóvel, sua localização na zona de influência e respectivo índice de valorização.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, o Poder Executivo pode considerar:

I - pesquisas de valores de mercado;

II - valores de transações correntes;

III - declarações dos contribuintes;

IV - planta genérica de valores (PGV);

V - outros dados de informática tecnicamente reconhecidos.

Art. 71 - Constatada, em qualquer etapa da obra, a valorização, é efetuado o lançamento da contribuição, precedido da publicação de edital contendo:

I - descrição e finalidade da obra;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento do custo da obra, que pode abranger as despesas estimadas com estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, indenizações, administração, execução, financiamento e demais investimentos imprescindíveis à obra pública;

IV - delimitação das zonas de influência e respectivos índices cadastrais de valorização.

Art. 72 - Comprovado legítimo interesse, podem ser impugnados quaisquer elementos constantes do edital referido no artigo anterior, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único - A impugnação não obstaculiza o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente tem efeito para o impugnante, não sendo extensiva aos demais.

Art. 73 - A contribuição é lançada em nome do sujeito passivo com base nos dados constantes do Cadastro Multifinalitário do contribuinte.

Art. 74 - O sujeito passivo é notificado do lançamento pela entrega do aviso no local indicado para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Art. 75 - A contribuição pode ser paga de uma só vez com redação do valor ou em parcelas mensais, sem redução, conforme dispuser o regulamento.

CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 76 - A contribuição, para o custeio da iluminação pública tem por finalidade atender despesas de consumo de energia elétrica, administração, operação, manutenção, melhoramentos e ampliação dos serviços de iluminação pública prestados pela Prefeitura Municipal, conforme legislação Municipal, ficando vedada à utilização de suas receitas para outros fins.

TÍTULO V DA CONSTITUIÇÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS

Art. 777 - Os tributos não recolhidos nos respectivos vencimentos, e independentemente de ato de ofício, serão acrescidos de:

I - atualização monetária com base na variação do IPCA-E- Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial do IBGE;

II - de multa de mora de 2% (dois por cento); e,

III - de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

§ 1º Os acréscimos de que tratam os incisos II e III serão aplicados sobre o valor dos tributos devidamente atualizado na forma prevista no inciso I.

§2º Quando apurados em ato de ofício, os tributos não pagos nos respectivos vencimentos ficam sujeitos às multas previstas no Capítulo II deste Título.

Art. 78 - Os débitos vencidos e não pagos serão escritos em dívida ativa, ajuizada a sua cobrança, com base na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Parágrafo Único - Procedida a inscrição em dívida ativa, ajuizada ou não, serão devidos pelo contribuinte em débito honorários advocatícios e, se ajuizada ação, serão devidas custas judiciais.

CAPÍTULO II DAS MULTAS POR INFRAÇÃO

Art. 79 - As infrações às obrigações principais e acessórias de qualquer dos tributos previstos nesta Lei Complementar, apuradas por meio de procedimento fiscal sujeitam-se às seguintes multas:

I - de 50% (cinquenta por cento) do imposto devido, pela falta de recolhimento total ou parcial;

II - de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto devido:

a) quando houver erro na determinação da base de cálculo ou identificação da alíquota aplicável;

b) pela falta de recolhimento do tributo por suposta isenção ou imunidade;

c) quando não realizada retenção obrigatória;

d) quando os documentos fiscais não forem escriturados.

III - de 100% (cem por cento) do imposto devido quando não houver emissão do documento fiscal, ainda que isentas as operações;

IV - de 200% (duzentos por cento) do imposto devido no caso dos valores retidos e não recolhidos;

V - de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pela falta de apresentação de documentos ou informações requisitados pela fiscalização;

VI - de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pelo ato de embaraço, dificuldade proposital, desacato ou impedimento da ação fiscal;

VII - de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais):

a) pela emissão de cada documento que contenha declaração falsa ou que evidencie irregularidades, como duplicidade de numeração, preços diferentes em vias de mesmo número ou subfaturamento;

b) pela impressão sem autorização ou diferente desta e pelo uso, sem autenticação, de documento fiscal, aplicável ao impressor e ao usuário;

c) pela impressão, fornecimento, posse ou guarda de documentos fiscais falsos ou adulterados, aplicável a cada infrator por cada documento;

d) pela inexistência de documentos e livros fiscais de modelo exigido, por mês ou fração a partir de sua obrigatoriedade;

e) pela emissão de documento fiscal ou escrituração em desacordo com os requisitos regulamentares, por cada ato;

f) pelo atraso na escrituração de livro fiscal ou correspondente, por livro, mês ou fração;

g) por cada documento ou livro fiscal inutilizado, perdido ou não conservado pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;

h) por cada tipo de documento ou livro fiscal que permaneça em local não autorizado;

i) pela falta de entrega de informações exigidas pela legislação tributária municipal, por mês ou fração, contados da data em que se tomaram exigíveis;

VII - de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) até R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infrações não especificadas, de acordo com a gravidade da infração.

CAPÍTULO III DA REGULARIZAÇÃO DOS DÉBITOS

Art. 80 - O Município pode conceder aos contribuintes em débito para com os tributos os seguintes benefícios alternativos:

I - redução dos acréscimos legais até o percentual de 30% (trinta por cento) se feito o pagamento do saldo dos acréscimos e do valor originário do tributo de uma só vez;

II - redução dos acréscimos legais nos seguintes percentuais correspondentes ao número de parcelas mensais concedidas para pagamento:

a) em até três (03) parcelas: redução de 10% (dez por cento).

Parágrafo Único - Os acréscimos legais compreendem multa por infração, multa de mora, juros de mora e atualização monetária.

Art. 81 - A falta ou atraso de pagamento de uma das parcelas ajustadas em conformidade com o inciso II do artigo anterior, implicará na revogação do parcelamento e na consequente inscrição em dívida ativa do saldo total para execução fiscal.

Art. 82 – Os benefícios de que trata o presente Capítulo aplicam-se a débitos em cobrança nas vias administrativas ou judicial.

Art. 83 – O mesmo contribuinte, pessoa física ou jurídica, só poderá usufruir dos benefícios de que trata o presente Capítulo apenas uma vez a cada 5 (cinco) anos, contados da data de extinção final de débito objeto de concessão.

Art. 84 – O Prefeito Municipal poderá autorizar mediante despacho fundamentado, exarado em processo instruído com requerimento do interessado e proposta da autoridade fiscal competente, a compensação e a remissão de créditos tributários.

§1º A compensação poderá ser autorizada apenas na hipótese de créditos líquidos, certos e já vencida do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal e quando efetivada, deverá constar de um termo próprio assinado pelo Prefeito Municipal e pelo sujeito passivo.

§ 2º A remissão poderá ser autorizada quando o valor integral do crédito tributário for inferior ao custo de sua cobrança e o sujeito passivo for pessoa física de comprovada incapacidade financeira.

Art. 85 –O Poder Executivo poderá autorizar o parcelamento de créditos vencidos, na forma disposta em Decreto.

TÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

CAPÍTULO I DOS ATOS, TERMOS, PRAZOS E NULIDADES

Art. 86 – Os atos e termos processuais, quando a lei não prescreve forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco, e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Art. 87 - Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que ocorra o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 88 –São nulos de pleno direito, devendo ser declarados pela própria administração.

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

Art. 89 – As irregularidades, incorreções, omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em

prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.

CAPÍTULO II DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO

Art. 90 –O procedimento fiscal tem início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo ou seu preposto da obrigação tributária;

II - a apreensão de documentos;

§1º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente da intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, os atos referidos nos incisos I e II valerão pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável, sucessivamente, por igual período com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

Art. 91 - Os termos decorrentes de fiscalização serão lavrados em 2 (duas) vias, sendo uma entregue à pessoa sob fiscalização e outra servida à abertura do respectivo Processo Administrativo ou anexado a este se já aberto.

CAPÍTULO III DO AUTO DE INFRAÇÃO E DA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

Art. 92 – A exigência de crédito tributário e a aplicação da penalidade isolada serão formalizadas em Autos de Infração ou Notificação de Lançamento, distintos para cada tributo, os quais deverão estar instruídos com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito.

Art. 93 – O Auto de Infração será lavrado por servidor competente no local da verificação da falta, e conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação do autuado;

II - o local, a data e a hora da lavratura;

III - a descrição do fato;

IV - a disposição legal infringida e a penalidade aplicável;

V - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 15 (quinze) dias;

VI - a assinatura do atuante, a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Art. 94 – A Notificação de Lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà obrigatoriamente:

I - a qualificação do notificado;

II - o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;

III - a disposição legal infringida;

IV – a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o seu número de matrícula.

Parágrafo Único - Prescinde de assinatura a Notificação de Lançamento emitida por processo eletrônico.

Art. 95 - O servidor que verificar a ocorrência de infração à Legislação Tributária Municipal e não tiver competência para formalizar a exigência, comunicará o fato a seu chefe imediato, que adotará as providências necessárias.

CAPÍTULO IV DA IMPUGNAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Art. 96 - A impugnação da exigência pelo contribuinte instaura a fase litigiosa do procedimento.

Art. 97 - Formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, a impugnação será apresentada ao órgão competente no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data em que foi feita a intimação da exigência.

Art. 98 - A impugnação mencionará:

I – a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II – a qualificação do impugnante;

III – os motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos discordância e as razões e provas que possuir.

IV - as diligências ou perícias que o impugnante pretenda sejam efetuadas, expostos os motivos que a justifiquem, com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional;

V - se a matéria impugnada foi submetida a apreciação judicial, devendo ser juntada cópia da petição;

§1º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso IV.

§2º A prova documental será apresentada na impugnação, pré incluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que:

I - fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior;

II - refira-se a fato ou a direito superveniente;

III - destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

§4º Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art. 99 – Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante.

Art. 100 - A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.

Parágrafo Único – Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício sua realização, a autoridade designará servidor para, como perito do Município, a ele proceder e intimará o perito do sujeito passivo a realizar o exame requerido, cabendo a ambos apresentar os respectivos laudos em prazo que será fixado e prorrogado segundo o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.

Art. 101 - Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, o servidor encarregado pelo Processo Administrativo declarará à revelia, mantendo em cobrança amigável pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único –Esgotado o prazo de cobrança amigável sem que tenha sido o crédito tributário, será promovida a cobrança executiva com amparo na Lei nº 6.830/80.

Art. 102 - O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

CAPÍTULO V DA INTIMAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Art. 103 - A intimação do contribuinte será feita:

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por outro servidor, no órgão ou for a dele, provocada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem intimar;

II - por via postal ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário do sujeito passivo.

§1º - Quando resultar improficuo um dos meios previstos nos incisos I e II, a intimação poderá ser feita por edital publicado:

I - em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação; ou,

II - uma única vez no Boletim Oficial do Município se houve.

§2º A intimação é considerada feita:

I - na data da ciência do interessado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal;

II - no caso do inciso II do *caput* deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, 15 (quinze) dias após a data da expedição da intimação;

III - quinze dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

§3º Os meios de intimação previstos nos incisos do *caput* deste artigo não estão sujeitos a ordem de preferência.

§4º Para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo qualquer estabelecimento da pessoa jurídica e a residência da pessoa física.

CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA DE JULGAMENTO

Art. 104 - O julgamento de processo relativo a tributos municipais compete:

I - em primeira instância, ao Secretário Municipal de Finanças, Tributação ou equivalente;

II - em segunda instância, ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Parágrafo Único - Enquanto não instituído e instalado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a competência de julgamento em segunda instância é do Prefeito Municipal.

Art. 105 - A decisão de primeira instância conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se, expressamente, às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra a exigência.

Art. 106 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro de 15 (quinze) dias seguintes à ciência.

Parágrafo Único - No caso de provimento a recurso de ofício, o prazo de interposição de recurso voluntário começará a fluir da ciência, pelo sujeito passivo, da decisão proferida no julgamento do recurso de ofício.

Art. 107 - A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício sem que sua decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e acréscimos legais, em valor total a ser fixado em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.

CAPÍTULO VII DA EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 108 - São definitivas as decisões:

I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que tenha sido interposto, assim como na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não sujeita a recurso de ofício;

II - de segunda instância.

Art. 109 - A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 110 - No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade julgadora exonerá-lo, de ofício, dos gravames decorrentes do litígio.

CAPÍTULO III DO PROCESSO DE CONSULTA

Art. 111 - O contribuinte ou qualquer entidade representativa de categoria econômica ou profissional poderá formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária municipal aplicável a fato determinado.

Art. 112 - A consulta deverá ser apresentada por escrito a órgão de administração tributária.

Art. 113 - Salvo disposto do artigo seguinte, nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o contribuinte relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o trigésimo dia subsequente à data da ciência.

Art. 114 - A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tribute, retido na fonte ou auto lançado antes ou depois de sua apresentação.

Art. 115 - No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, os efeitos só alcançam seus associados ou filiados depois de cientificado o consultante da decisão.

Art. 116 - Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - em desacordo com os artigos 121 e 122;

II - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III - por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada;

IV - quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultente;

V - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação;

VI - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da Lei;

VII - quando o fato for definido como crime ou contravenção penal;

VIII - quando não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexistência ou omissão for escusável, a critério de autoridade julgadora.

Art. 117 - O julgamento da consulta compete:

I - em primeira instância ao Secretário Municipal de Finanças, Tributação ou equivalente;

II - em segunda instância ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

Parágrafo Único - Enquanto não instituído e instalado o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o julgamento em segunda instância compete ao Prefeito Municipal.

Art. 118 - Cabe recurso voluntário, com efeito suspensivo, de decisão de Primeira Instância, dentro de 15 (quinze) dias contados da ciência.

Art. 119 - A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício de decisão favorável ao consultente.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 120 - Todos os valores absolutos e limites de valores absolutos referidos em diversos dispositivos desta Lei Complementar serão atualizados em 1º de janeiro de cada ano, a partir do ano subsequente ao início de sua vigência, pela aplicação da variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial- IPCA-E, apurado pelo IBGE, nos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 121 - As concessões, permissões e autorizações a particulares, pessoas físicas e jurídicas, para a prestação de serviços públicos não remunerados por tributos, ficam condicionadas ao pagamento de tarifas e preços públicos a serem estabelecidos em lei especial.

Art. 122 - Para os fins desta Lei Complementar é considerado competente o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou em comissão com exercício nas atividades de fiscalização tributária, obrigado ao sigilo fiscal de que trata o art. 198 do Código Tributário Nacional e suas consequências.

Art. 123 - É fixado o prazo de até 30 de outubro de 2022 para todos os contribuintes do IPTU, do ISSQN e das Taxas de Licença de Localização, Instalação e Funcionamento providenciar a atualização de sua inscrição no Cadastro Multifinalitário Municipal, conforme o caso, e regularizem seus débitos tributários para com o Município, com a utilização dos benefícios de que trata o Capítulo III, do Título V desta Lei.

Parágrafo Único - A falta de atualização no Cadastro Multifinalitário Municipal, e de regularização de débitos tributários, no prazo estabelecido no *caput*, implicará em atualização de ofício com lavratura do Auto de Infração, no primeiro caso, e de inscrição em dívida ativa e execução judicial, no segundo caso.

Art. 124 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando sua aplicação condicionada ao disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, Lei Complementar 157/2016 de 30 de dezembro de 2016 que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, quando serão revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE PUXINANÃ.

Puxinanã-PB, 25 de Novembro de 2021.


FELIPE GURGEL COUTINHO
Prefeito Constitucional